



Rede Ibero-Americana de Educação em Direitos Humanos e para a Cidadania Democrática

OEI 75

Direitos humanos: o caminho para uma paz justa

Adela Cortina



Perspetivas ibero-americanas:

A educação para a convivência democrática e a promoção dos direitos humanos



“Falar de educação em Direitos Humanos é falar sobre os valores que nos unem, dos direitos que defendemos. ”

Adela Cortina.

*Catedrática Emérita de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência.
Diretora Acadêmica Étnor.*



Falar de educação em Direitos Humanos é falar sobre os valores que nos unem, dos direitos que defendemos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa um verdadeiro marco histórico nos âmbitos ético, jurídico, político e, de forma geral, para toda a humanidade.

É importante lembrar que esses direitos surgiram justamente para abrir caminho para uma paz justa. De fato, após a Segunda Guerra Mundial, buscou-se uma forma de abrir o caminho para a paz; uma paz justa que só pode ser alcançada quando os direitos dos seres humanos são respeitados e colocados em primeiro lugar.

Nesse sentido, é hora de continuar construindo a paz por meio da proteção dos direitos. Como dizia Hobbes, para que haja uma paz verdadeira, é preciso eliminar as causas da guerra. Enquanto essas causas persistirem, estaremos sempre em um estado de guerra latente, correndo o risco de um novo conflito.

A Declaração de 1948 oferece duas razões que justificam porque todos os seres humanos possuem esses direitos. Em primeiro lugar, porque têm dignidade e não têm preço. Em segundo, porque fazem parte da família humana.

Na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, Kant afirma que os seres humanos possuem dignidade e não têm um preço. As coisas que têm um preço podem ser substituídas por um equivalente, mas os seres humanos não têm equivalente, são insubstituíveis, por isso

têm dignidade. O homem é sagrado para o homem e não é permitido lhe causar nenhum mal.

Sob essa perspectiva, é fundamental aprender a valorizar os seres humanos, e essa é a missão da educação: aprender a valorizar o que é valioso por si mesmo. Só assim será possível respeitar os direitos. Podemos criar leis, constituições e instituições, mas se não aprendermos a valorizar o ser humano, se não educarmos nosso olhar para enxergar o que há em cada pessoa, não poderemos defender os direitos humanos.

Os direitos humanos são reconhecidos, não concedidos. Não se trata de decidir se vamos conceder ou não esses direitos a alguém; já pertencem a todos os seres humanos e cabe a nós aprendermos a reconhecê-los. Por isso, não é necessário estabelecer um novo contrato social, pois a tradição dos direitos humanos não se baseia no contrato, mas no reconhecimento. Não se trata de organizar um mundo com base na troca, no qual eu cumpro meus deveres e você respeita meus direitos, mas sim de vivermos na tradição mais básica: a do reconhecimento. Temos que

“ Os direitos humanos são reconhecidos, não concedidos. Não se trata de decidir se vamos conceder ou não esses direitos a alguém; já pertencem a todos os seres humanos e cabe a nós aprendermos a reconhecê-los. ”



educar dentro dessa tradição, bem como da tradição da solidariedade.

Os direitos humanos só podem ser protegidos em sociedades democráticas. A democracia é o regime que respeita e protege esses direitos. Por isso, é essencial aprofundar e expandir a democracia.

Mas quais seriam os pilares de uma educação voltada para a cidadania democrática? No Ocidente, a educação tem dois objetivos fundamentais: formar pessoas que queiram buscar a felicidade, que se arrisquem a sonhar com algo grandioso como a felicidade e que, ao mesmo tempo, sejam cidadãos com senso de justiça.

A justiça e a felicidade são os dois grandes pilares da ética. Devemos aspirar à felicidade dentro das exigências da justiça. E acredito que a tarefa da educação em qualquer instituição de ensino, em qualquer parte do mundo ocidental, é educar para a felicidade e, sobretudo, para a justiça.

Kant, em seus tratados sobre pedagogia, dizia que o ser humano é moldado pela educação e se torna aquilo que a educação faz dele. Também afirmava que os países enfrentam dois grandes desafios: o problema da educação e o problema do governo. E considerava o primeiro o mais difícil de resolver, já que exige decidir se devemos educar para o presente ou para um futuro melhor.

A resposta de Kant, que também seria a minha é: para um futuro melhor. Mas para construí-lo, a grande questão é: o que ensinar? O futuro é incerto e desconhecido.

Baseando-se nos “imperativos kantianos”, há três tipos que devem ser mantidos e que representariam os eixos da educação:

O primeiro é o imperativo hipotético da habilidade. Sabemos que nossos filhos vão querer realizar determinadas tarefas no futuro, mas como não sabemos quais serão, devemos dotá-los de todo o conhecimento, competências e habilida-

des possíveis para que possam escolher seus próprios objetivos.

A educação deve ser pautada no desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida e para atingir as metas. Não importa se o objetivo é ser um professor de filosofia ou um jogador de futebol, o mais importante é dotá-los das habilidades e competências necessárias para isso.

“ Os direitos humanos só podem ser protegidos em sociedades democráticas. ”



Quais são essas habilidades?

- Temos que estar cientes de que há conhecimentos que evoluem, mas devemos partir do que dispomos agora: buscar e compreender informações, dando-lhes um sentido. Os jovens buscam informações, mas muitas vezes não conseguem interpretá-las corretamente. E informação ainda não é conhecimento, precisa de um sentido.



- Desenvolver competências digitais. Os sistemas inteligentes devem ser usados e as competências digitais devem ser adquiridas para colocá-las a serviço de pessoas que possuem dignidade e nem sempre um preço. Devemos usar esses meios, mas conscientizar os alunos de que as plataformas não são neutras. É preciso ter uma visão crítica do mundo das plataformas e explicá-lo aos alunos para que sejam críticos, autônomos e para que não se deixem manipular de nenhuma forma.

- Saber falar, saber ler, saber escrever e saber argumentar. Estamos perdendo o hábito de falar. Quem não sabe se expressar não tem liberdade de expressão. Quem não sabe escrever se sente inferiorizado, humilhado. É fundamental saber argumentar. Hoje em dia há argumentos, discursos prontos, mas não há argumentação. Falta quem debata, quem delibere em público.

- Ensinar a valorizar a cooperação. Não somos indivíduos isolados que, em algum momento, decidiram se unir. Somos seres que se relacionam, que dialogam. É exatamente o diálogo e o reconhecimento mútuo que nos constituem como pessoas.

O segundo eixo é o da felicidade. Segundo Kant, todos os seres humanos buscam a felicidade. E estava absolutamente certo. Todos buscamos a felicidade e fico muito triste quando me deparo com alunos que já “entregaram os pontos”, que já desistiram desse ideal, convencidos de que ser feliz é impossível. Acho que temos de educar para a felicidade, mostrar que, para alcançá-la, é preciso ser prudente. A prudência não consiste em querer sempre mais, mas sim em saber reconhecer o que é suficiente. Uma pessoa prudente não se deixa arrastar por caminhos que a afastam de seu propósito.

É preciso educar para a busca da felicidade e, para isso, precisamos ser donos de nós mesmos,

“ A compaixão é empatia e compromisso. ”

de nossas convicções, ser autônomos, conquistar nossa própria vida sempre em relação com os outros. A liberdade só é alcançada por meio da solidariedade.

E, por último, o terceiro eixo é educar para a sabedoria moral. E isso é o que chamaria de imperativo categórico. Educar para a sabedoria moral é ensinar os valores da justiça e da compaixão.

Educar para a justiça está relacionado com os direitos humanos. Os direitos humanos são os princípios mínimos de justiça que nós, no mundo ocidental, aceitamos e consideramos essenciais. Dissemos em voz alta que, se não cumprirmos esses direitos, estaremos abaixo do mínimo de humanidade. Os direitos humanos são esse nível mínimo de humanidade, os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o direito à paz, ao meio ambiente, ao desenvolvimento dos povos, o direito ao conjunto de direitos que deve ser protegido nas democracias liberais e sociais.

É isso que precisa ser ampliado e protegido. Essa é uma questão de justiça. E a justiça é muito exigente. Diferente da felicidade, que pode ser proposta ou incentivada, a justiça deve ser exigida. E os direitos humanos são uma exigência. Felizmente, esses direitos vêm sendo incorporados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são uma incorporação dos direitos humanos em diferentes âmbitos em um mundo globalizado.

Educar para a cidadania democrática requer ensinar o valor da justiça e da compaixão. Isso exige que escolas e universidades ensinem o que são os direitos humanos e a história por trás deles. É preciso contar o caminho de lutas e sofrimentos que levou à convicção de que não pode haver escravidão nem seres humanos superiores ou inferiores. Todos são iguais.

Mas no mundo dos direitos e deveres, não é apenas o senso de justiça que é importante, a gratuidade e a compaixão também são essenciais. A compaixão é fundamental. Enquanto a humanidade não for regida pelo princípio da compaixão,



“**Precisamos formar cidadãos que não apenas adquiram conhecimento, mas que busquem a excelência**”

estaremos perdidos

O que significa compaixão? Em princípio, é empatia, mas vai além disso. Empatia é a capacidade de se colocar no lugar do outro, tanto na tristeza quanto na alegria. É perceber que o outro está triste ou que está alegre porque empatizo com ele. Mas, como observou uma autora, e acho que estava certíssima, até mesmo o carrasco tem muita empatia com sua vítima porque sabe como feri-la, sabe onde sente dor.

A empatia não é suficiente. É necessário ter compaixão. A compaixão é a capacidade de se colocar no lugar do outro, de se alegrar com sua alegria. E quando o outro estiver triste, comprometer-se a aliviar seu sofrimento. A compaixão é empatia e compromisso. Diante de todo o sofrimento que existe, comprometer-se a aliviar o sofrimento do outro é um dever que assumimos com a Declaração dos Direitos Humanos, porque falar é se comprometer, declarar é se comprometer.

Por isso, creio que devemos educar para a justiça e a compaixão porque somos interdependentes, porque nos reconhecemos mutuamente como carne da mesma carne e sangue do mesmo sangue. Daí nasce a obrigação, que vai além de ser um dever e um direito. É um compromisso profundo, um vínculo que se expande pelo amplo caminho da gratuidade. Há muitas necessidades humanas que não podem ser impostas como um dever, nem ser exigidas como um direito, mas, ainda assim são necessidades para que os seres humanos possam seguir adiante. Esse é o campo da gratuidade e

da obrigação.

Precisamos formar cidadãos que não apenas adquiram conhecimento, mas que busquem a excelência. E excelência não significa apenas evitar erros, mas sim se desafiar continuamente para tirar o melhor de si e colocá-lo a serviço da sociedade.

Esse é o caminho para formar cidadãos que sejam pessoas excelentes, capazes de levar adiante uma democracia na qual todos se sintam acolhidos, onde não haja exclusão.

